

Handwritten signature

Handwritten signature
Handwritten signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 24

Aos vinte e um dias do mês de Maio do ano de mil novecentos e noventa e um, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, para a sessão ordinária do mês de Abril, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais João Ferreira dos Santos e Joaquim Luis Monteiro Mendes Gomes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Manuel Branco Pontes, José Mendes Macedo Loureiro, João Tavares Duarte, Rogério da Silva Leitão, Jorge Manuel do Nascimento, José Carlos da Silva Neves, José Alberto Martins de Carvalho, Victor Manuel Barradas de Carvalho Sequeira, Fernando Santos Silva, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Arlindo de Macedo Bastos, Olinto da Cruz Ravara, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, António Ferreira da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Celso de Sousa Figueiredo Gomes, António Óscar Moreira Paulo, Elias de Oliveira Vieira, João Ferreira da Peixinha e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21H15, o Presidente declarou aberta a presente reunião.

2. *Alcides*

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais Manuel Simões Madail, Joaquim dos Santos Abreu, Armando Manuel Dinis Vieira, Libério da Silva Santos, Manuel Pereira Cabral Monteiro, José Luis Rebocho de Albuquerque Christo, Manuel António Coimbra da Silva, Rogério Mário Madail da Silva e Custódio das Neves Lopes Ramos.

Imediatamente a seguir o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentadas pelos Vogais Custódio das Neves Ramos, Elias de Oliveira Vieira, Fernando Tavares Marques, António Óscar Moreira Paulo, Joaquim Luis Mendes Gomes e Libério da Silva Santos, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Entretanto deu entrada na Sala o Vogal Fernando Tavares Marques.

Continuando no uso da palavra o Presidente da Assembleia, informou que, de acordo com a ordem de trabalhos previamente distribuída, se vai proceder à votação das seguintes ACTAS:

ACTA Nº. 15 - Submetida à votação da Assembleia, mereceu aprovação por vinte e seis votos a favor e duas abstenções;

ACTA Nº. 16 - Submetida à votação da Assembleia, mereceu aprovação por vinte e cinco votos a favor e três abstenções;

ACTA Nº. 17 - Submetida à votação da Assembleia, mereceu aprovação por vinte e seis votos a favor e duas abstenções;

ADITAMENTO AO PONTO Nº. 7 DA ACTA Nº. 13: - Submetida à votação da Assembleia, mereceu aprovação por vinte e sete votos a favor e uma abstenção.

Imediatamente a seguir o Presidente da Mesa, informou que se seguirá o período regulamentar de antes da ordem do dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

No uso da palavra o Vogal Nuno Tavares, começou por se referir ao fenómeno desportivo e ao seu enraizamento nas sociedades de hoje. Aveiro não poderia naturalmente fugir a esta regra, assim, é como grande regozijo que temos vindo assistir ao longo deste ano a uma época futebolística do Sporting Clube Beira-Mar, que só prestigia a cidade, a região e o distrito de Aveiro. Salientou que o facto de ter sido apurado para o final da Taça de Portugal, (a grande festa do futebol Português), é para nós naturalmente motivo de grande satisfação. Nesse sentido, em nome do grupo parlamentar que representa (P.S.D.), e julgando interpretar também o sentimento de todos os presentes, propôs que toda a Assembleia se

J. V. Machado

16/11/77

se associasse numa expressão de profundo júbilo e de indefectível apoio à Campanha do Beira-Mar e particularmente à jornada do próximo dia dois no Estádio Nacional do "Jamor". Formulou ou ainda votos para que no próximo dia dois o Beira-Mar, uma vez mais cubra de prestígio e de alegria os seus sócios e simpatizantes espalhados não apenas pelo país, mas também por vários pontos do estrangeiro, concretamente nas nossas comunidades de emigrantes.

Ainda no uso da palavra abordou seguidamente um aspecto que se prende com a aprovação por esta Assembleia de uma Moção, por unanimidade, e que diz respeito à adaptação de estruturas de acessibilidade aos deficientes; Moção essa que determinava ao Executivo que "com a maior prioridade procedesse às necessárias adaptações". Porém e atendendo a que decorreram já cinco meses e tudo indica que nada se fez neste espaço de tempo, pretendeu saber porque é que o Executivo não deu cumprimento como lhe competia, ao voto unânime desta Assembleia.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Ferreira da Silva, para recordar o aniversário da morte do líder da maior democracia do Mundo (Índia) e ainda para se referir à vitória do consenso entre as Forças Armadas Angolanas para a Paz, na qual Portugal teve um papel preponderante como mediador.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Élio Maia.

Usou seguidamente da palavra o Vogal João Peixinha, que começou por considerar que as Festas da cidade, à parte a procissão de St^a. Joana, traduziram-se num fracasso para a cidade. Por tal facto, futuramente a Câmara Municipal deverá colocar uma maior atenção na elaboração dos programas festivos, tendo em vista motivar as pessoas a virem para a Rua para participarem na festa.

Referiu-se também ao facto que considerou lamentável, que durante as festividades a imagem de St^a. Joana não estivesse iluminada, bem como toda a Zona circundante, não dando de facto a quem passava naquele local ideia de que decorriam festividades em honra de St^a. Joana. Por tal facto apelou ao Executivo, para que futuramente apoie quer financeira quer materialmente este evento uma vez que o mesmo projecta a imagem de Aveiro no resto do País.

Continuando no uso da palavra, alertou para o estado de degradação em que se encontra o Parque Municipal, nomeadamente os jardins, circuito de manutenção, o próprio lago, etc; solicitando por isso uma maior atenção por parte da Câmara Municipal, uma vez que se trata da sala de visitas da cidade e de um local onde uma grande parte dos Aveirenses passa um pouco dos seus tempos livres.

.4. *H. B. B. B.*

J. M. F. B. B. B.

A terminar a sua intervenção, disse ser necessário pôr cobro a actos pouco recomendáveis, que estão a ser praticados no pavilhão gimnodesportivo, situado nas trazeiras da Secundária nº. 1.

Usando da palavra o Vogal António Salavessa, referiu-se a problemas que se prendem com o funcionamento da Assembleia, nomeadamente quanto ao facto que começa a tornar-se hábito de se marcar a primeira reunião de cada sessão ordinária para o último dia do mês respectivo, entende que deve ser feito um esforço quer do Executivo quer da Mesa da Assembleia no sentido de contrariar esta situação.

Relativamente à discussão pública dos projectos de alteração à Lei Eleitoral das Autarquias Locais e atendendo a que já várias Assembleias Municipais se pronunciaram sobre esta matéria, considerou que o conhecimento atempado destes factos por parte da Câmara Municipal, teriam permitido incluir na agenda de trabalhos desta sessão a matéria em causa, a qual proporcionaria decerto nesta Assembleia, uma discussão interessante.

Prosseguindo e no que se refere à apresentação de um projecto Lei do P.C.P., na Assembleia da República, propondo a criação de uma Escola Superior de Enfermagem, em Aveiro, disse tratar-se de uma manifestação de vontade política por parte daquele partido; todavia considerou que esse projecto não avançará se não houver a mesma vontade política por parte dos restantes grupos parlamentares. Em face disso, lançou o repto para que no conjunto das forças políticas haja pressão para que esta pretensão possa de facto avançar na Assembleia da República.

Abordou ainda alguns problemas de trânsito localizados na Urbanização do Carramona em Esgueira, sugerindo o ^{sentido} único naquela Urbanização como forma de os atenuar; disse também haver queixas relativamente aos passeios em terra batida, recolha de lixos e insuficiência de contentores. Prosseguindo e relativamente à Av.ª Peixinho, chamou atenção para a falta de marcações no pavimento, o que provoca conflitos de trânsito.

Seguidamente sugeriu que seja estudada a viabilidade de construção de uma escada, lançada junto ao pontão do Cemitério Central para o Cojo, tendo em vista encontrar o acesso ao referido cemitério. A finalizar a sua intervenção saudou o Sport Clube Beira-Mar pela proeza inédita de atingir a final da Taça de Portugal e formulou um voto de que a sua presença seja coroada com um feito ainda maior.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Jorge Nascimento, para dirigir felicitações ao Sr. Encarnação Dias, distinto Presidente desta Assembleia e recém eleito Presidente da Rota da Luz, considerando que a sua experiência, maturidade, amor a Aveiro e à Região, poderão levar bem alto a Região de Turismo de Aveiro. Por tal facto desejou-lhe felicidades no desempenho daquelas funções.

.5. *J. Mendes Loures*
[Signature]

Usando da palavra o Vogal Olinto Ravares, começou por saudar a nomeação do Dr. Carlos Borrego, para Ministro do Ambiente e salientar que se trata de uma pessoa perfeitamente conhecedora dos problemas da Ria de Aveiro e que muito tem contribuído para a resolução de problemas de poluição, podendo por isso dar um contributo bastante positivo na área do Ambiente.

Continuando no uso da palavra, solicitou esclarecimentos relativos ao número de empresas e quais requereram já a sua instalação na Zona Industrial de Mamodeiro. Pretendeu saber também qual a posição do Município de Aveiro, no que se refere à instalação de um polo de desenvolvimento tecnológico na área do Concelho, bem como quanto à criação do Museu da Ciência e Tecnologia, uma vez que se trata de uma experiência interessantíssima que tem sido levada a cabo em vários países da Europa estando também a suscitar bastante interesse em algumas cidades do País; considerando que seria a altura ideal para se desenvolver as "démarches" necessárias com vista a trazer para Aveiro um Museu tão rico, como é, o da Ciência e Tecnologia.

A finalizar, solicitou ainda esclarecimentos relativos ao montante da compensação devida pela Câmara Municipal de Aveiro à Celulose, uma vez que a Câmara é muito bem, diz que quem polui deve pagar.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Óscar Paulo, para fazer a seguinte intervenção: - "Sr. Presidente, Srs. Deputados - embora tarde mas mais vale do que nunca, quero saudar desta bancada o passado dia 25, Dia da Liberdade, bem como o 19. de Maio, Dia do Trabalhador. Quero também saudar a recente visita a Portugal de Sua Santidade o Papa João Paulo II.

Como ex-atleta do Sport Clube Beira-Mar, quero aqui congratular-me com o primeiro orador da bancada Social Democrata - um voto de felicidades pela presença do Beira-Mar na final histórica da Taça de Portugal no dia 2 de Junho de 1991; fazer ainda um voto de que o recém eleito Presidente traga com ele a ambicionada Taça, que nesse dia todos gostaríamos de festejar".

Neste momento deu entrada na sala o vogal Victor Martins.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Elias Vieira, para salientar que o período de antes da ordem do dia, é na Assembleia Municipal, um espaço onde se dizem por vezes algumas verdades, se levantam alguns problemas. Todavia pese embora este aspecto, lamenta efectivamente que aquilo que aqui é dito, os problemas que aqui são levantados, não venham a ter numa fase posterior uma sequência lógica, isto é - a sua resolução. De facto são levantados nesta Assembleia problemas deveras importantes e muito concretos que dizem respeito à população do concelho de Aveiro, porém

Suplementos
Abreu

constata-se que com o decorrer do tempo não são mais lembrados. Admite contudo que o Executivo tenha assuntos mais importantes a tratar, mas deve ter também em conta que os problemas levantados na Assembleia são para ter uma solução.

Prosseguindo, abordou também questões que se prendem com o mau atendimento de que são alvo os munícipes, quando pretendem falar com algum membro de Executivo, queixando-se sobretudo do tempo que estes perdem quando necessitam de falar com algum dos Vereadores. Considera que se trata de uma situação que deve ser revista, uma vez que os Municípes têm todo o direito de se dirigirem a alguém da Câmara para exporem os seus problemas.

A finalizar, fez um apelo no sentido da Câmara dotar a Biblioteca Municipal, com um fotocopiadora, uma vez que a falta deste aparelho está a causar transtornos de vária ordem aos utentes da Biblioteca.

Pretendeu saber ainda qual a alternativa de acesso ao "Hipermercado Feira Nova", uma vez que a J.A.E. não permite o acesso pela E.N.109, bem como qual o tipo de obra que se pretende lançar para que se dê o referido acesso.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Paulo Teixeira Santos e Ester Martins

Usou da palavra o Vogal João Tavares, para dar conhecimento que teve uma reunião com o Director do Centro de Saúde, na qual foi abordada a situação dos doentes da freguesia de Esgueira, cuja população passa dos vinte mil habitantes, assitada apenas por dois clínicos e um consultório. Nessa reunião foi perguntado também se a Câmara Municipal estaria a resolver o problema da aquisição do terreno para a implantação do referido Centro de Saúde uma vez que foi dito também que se a Câmara disponibilizar o terreno necessário, o Ministério da Saúde, está na disposição de arrancar com a construção desta infraestrutura, dado que Esgueira foi considerada prioritária neste aspecto. Salientou ainda que a Junta de Freguesia, teve já a oportunidade de indicar a alguns membros que compõem o Executivo, o terreno ideal para o fim em vista, pelo que pretende ser esclarecido relativamente ao ponto da situação.

Prosseguindo, referiu-se à implantação de postes que a E.D.P. anda a colocar na freguesia de Esgueira, chamando atenção para o facto dos mesmos estarem a ser mal colocados, impedindo no Inverno o escoamento das águas, uma vez que estão a ser colocados nas valetas. A Junta de Freguesia alertou já a E.D.P. para esta situação, contudo não obteve qualquer solução para o assunto, pelo que apela agora à Câmara Municipal para que pressione aquele organismo no sentido de achar uma solução razoável para o problema.

Seguidamente usou da palavra a Vogal Ester Martins, para mais

S. J. Mendes Gomes
Alves

uma vez se referir à problemática do trânsito na Zona da Escola Secundária de Esgueira. Deu nota também da preocupação de alguns residentes da Zona da Srã. do Álamo - Esgueira, pelo facto da I.P.5, lhes cortar o acesso não só a Esgueira como também à cidade, considerando por isso, que se torna urgente encontrar-se uma solução para o problema.

Finalmente referiu-se à deslocação dos alunos da Escola Secundária de Esgueira, à cidade francesa de Bourges, deslocação essa integrada num projecto de intercâmbio com a cidade de Bourges, considerando salutar a experiência travada quer no campo das relações culturais, quer na área profissional.

Usando da palavra o presidente da Assembleia, explicou que o facto da reunião de Abril ficar efectivamente um pouco para o fim do mês, deriva não só da reunião de Abril ter que incluir a apreciação do Relatório e Contas, que é um documento bastante elaborado e só agora ser possível proceder à sua distribuição pelos Srs. Deputados, como também do facto do salão estar a ser constantemente requisitado e ocupado por outros organismos. Considerou que se trata de um aspecto que deve ser revisto, entende que a Assembleia deve ter prioridade sobre todos os outros órgãos que solicitem o salão, pelo que futuramente os Serviços, devem contactar a Assembleia no sentido de se informarem da disponibilidade do referido espaço.

Seguidamente usou da palavra o Presidente da Câmara, para referir que relativamente ao problema da circulação dos deficientes na cidade, seria importante a colaboração do Vogal Nuno Tavares, como Presidente do Projecto Vida, isto é, poderia dar um contributo valioso na definição de Zonas onde se torna necessária a intervenção imediata da Câmara, com vista à eliminação de barreiras que põem dificuldades à circulação do deficiente.

Prosseguindo e relativamente ao Parque Municipal considerou que o Lago do Parque, tem de facto problemas que a Câmara tem tentado solucionar, mas que dada a complexidade do problema não foi possível ainda resolver; disse aceitar no entanto sugestões sobre qual o tipo de intervenção e a forma de intervir naquele local. No que se refere ao Circuito de Manutenção, informou que a Câmara tem insistido junto da D. G. de Desportos, no sentido de dotar o referido circuito com as infraestruturas necessárias. Relativamente ao Pavilhão Gimnodesportivo, situado nas trazeiras da Secundaria nº. 1, considerou que a transferência do mesmo se impõe, pelas razões já sobejamente conhecidas, prevendo-se que futuramente venha a ser implantado na Freguesia de Esgueira. Relativamente à Escola de Enfermagem para a Cidade de Aveiro, afirmou que a Câmara terá muito gosto em patrocinar,

S. M. ...
...

apoiar e fomentar também esta iniciativa, pelo que solicitou o envio para a Câmara de toda a documentação referente a esta matéria. No que se refere ao arranjo de passeios na Quinta do Carramona, disse que o plano de actividades prevê o arranjo dos referidos passeios, ainda no ano em curso, pelo que, logo que haja possibilidades farse-ão os referidos arranjos; quanto à escadaria de acesso ao Cojo, a lançar junto ao Cemitério Central, disse que ficava registada a sugestão. Continuando no uso da palavra, informou que são cerca de vinte e oito empresas que pediram a sua instalação para a Zona Industrial de Mamodeiro. A Câmara Municipal fez há dias a entrega dos primeiros nove lotes, dentro de uma preocupação selectiva, quer no que respeita às técnicas de fabrico quer também quanto ao tipo de indústria a instalar.

Relativamente ao Polo Tecnológico, disse não ser correcto para já, falar-se numa infraestrutura deste tipo dado que a questão dos polos tecnológicos envolvem uma decisão politica do Ministro da Indústria e também com opinião coincidente nesta matéria do Ministro do Plano de que em Portugal só há razão para a existência de duas infraestruturas do género situadas uma em Lisboa e a outra no Porto. Referiu que o que se deve falar em Aveiro é do Instituto do Desenvolvimento Tecnológico, que é uma iniciativa da Universidade, do L.N.E.T.I. e da Associação Industrial de Aveiro e para o qual a Câmara fixou já o terreno e decidiu contribuir com uma quota a definir posteriormente. O que está em causa portanto, é um Instituto Tecnológico, é evidente que se pode dizer claramente que este Instituto poder ser o germen daquilo que nós pensamos venha a ser um Polo Tecnológico, na medida em que está instalado numa área em que se pode expandir, enfim que a opinião politica ao longo do tempo se modifique e que os próprios agentes económicos façam evoluir o Instituto de Desenvolvimento Tecnológico para um Polo de Desenvolvimento Tecnológico. No que se refere ao Museu da Ciência e Tecnologia, disse não ter a Câmara qualquer referência relativa a esta matéria. Relativamente à verba pedida à celulose do Caima, a Câmara Municipal numa reunião sobre o assunto, considerou que o Concelho de Aveiro é altamente penalizado, não pela Celulose de Cacia, mas mais pela Celulose do Caima, na medida em que se existisse somente a Celulose de Cacia, o problema da água em Aveiro estaria mais fácil de resolver, bastaria ir a montante da Portucel fazer captações no Vouga e numa única captação fazer o sistema de distribuição de água. Porém o facto de existir a montante da Celulose do Caima leva a que a Câmara de Aveiro tenha feito este ano e no ano passado um esforço financeiro enorme para fazer novas captações, derivando esta sobrecarga financeira do facto de estarmos impedidos de ir ao Vouga buscar água em condições potáveis, bem como à Pateira e ao Cértima, dada a sua poluição.

J. M. Mendes Gomes

Pring

Face a estes aspectos, entendeu-se que a Câmara de Aveiro é altamente penalizada pelo facto da Celulose do Caima a montante impedir que a Câmara tenha acesso a uma água de superfície e consequentemente tenha sido obrigada a aderir ao projecto do Carvoeiro que está exactamente a montante da Foz do Caima e a própria Associação de Municípios do Carvoeiro e todas as Câmaras que a compõem são penalizadas por isto, dado que as captações são feitas a montante do Caima a muitos quilómetros de distância e isto não aconteceria se a fábrica de Celulose do Caima não poluisse. Posteriormente remeteu-se para os Serviços Técnicos a avaliação e quantificação dos custos nas captações e no respectivo equipamento, tendo-se apurado um montante que ronda os sessenta mil contos, investidos nestes dois últimos anos.

Relativamente ao acesso dos munícipes aos membros do Executivo, considerou que a situação não é a melhor e resulta a mesma da forte pressão sobre os Vereadores, que torna praticamente impossível, o Executivo estar á disposição de todos os munícipes que pretendam expôr os seus problemas na Câmara. Entende que os munícipes têm direito de acesso legitimo à sua administração local, o problema deriva um pouco da incapacidade da Câmara em encontrar um sistema que dê resposta a este tipo de situações. Todavia o novo Organigrama e a nova Organização dos Serviços Municipais, pretende resolver este tipo de situações. Relativamente ao acesso ao "Hipermercado Feira Nova", disse que o mesmo se irá processar através da construção de um nó de acesso junto da fábrica de resina, eliminando-se consequentemente o cruzamento da variante que dá acesso a Taboeira. A terminar e no que se refere á construção do Centro de Saúde de Esgueira, salientou que a Câmara Municipal não terá qualquer dúvida em disponibilizar os terrenos para o efeito, a partir do momento que a direcção de Saúde, officie à Câmara que está na disposição de construir o referido Centro.

Novamente no uso da palavra o Vogal Nuno Tavares, começou por referir que já por várias vezes aqui disse que esta Assembleia trata de questões no plano institucional e não no plano pessoal; neste último, disse que todos os membros do Executivo lhe merecem embora naturalmente e humanamente com gradações diferentes, o maior apreço e a maior consideração. Prossequindo, considerou que esta questão seria irrelevante se porventura o Sr. Presidente da Câmara na sua intervenção e naquilo que se refere á intervenção deste Vogal, não tivesse levantado numa questão que disse afigurar-se-lhe grave na medida em que conflitua com a dignidade que esta Assembleia tem de merecer forçosamente ao Executivo. Considerou que do seu ponto de vista, aquilo que o Sr. Presidente disse enferma de três vícios - primeiro um vicio de prespectiva, na medida em que traduz um equívoco

Referido Lourenço

Philly

em relação àquilo que é o Projecto Vida; este tem a ver com a prevenção da toxicod dependência e não de maneira nenhuma com problemas relacionados com deficientes motores, que é disso que se tratou nesta Assembleia. Interroga-se seguidamente se não seria mais lógico se em vez de pedir a colaboração de um jurista, não pergunta ou não pede a colaboração de Engenheiros, Assistentes Sociais, Psicólogos, Enfermeiros e Médicos, etc. Em segundo lugar entende também que há um vício grave no plano institucional, pois pode-se concluir das palavras do Sr. Presidente que em cinco meses, uma determinação aprovada por unanimidade nesta Assembleia, não teve qualquer seguimento. Finalmente um vício no plano ético, Pois mais grave que tudo isto, a Moção foi de facto proposta por este Vogal, porém foi adoptada por toda a Assembleia e disse depreender-se das palavras do Sr. Presidente, que pretende responsabilizar um membro, um Vogal desta Assembleia pela ineficácia, pelo desinteresse e pelo desrespeito da Câmara por aquilo que se está a passar. A terminar, salientou mais uma vez que esta intervenção não tem nada de pessoal, pois neste campo merece-lhe o maior respeito e consideração, todavia no plano institucional trata-se de facto de uma questão grave que foi levantada já por várias vezes por algumas bancadas à qual a Câmara de maneira nenhuma pode ficar indiferente - a Câmara Municipal é o Orgão Executivo, a Assembleia Municipal é o Orgão Deliberativo, fiscalizador e incentivador, que oferece sugestões e impõem determinações à Câmara que por sua vez deve procurar realizá-las, não devendo escudar-se em questões que não têm nada a ver com o problema colocado à cinco meses atrás em que a Assembleia adoptou como sua a Moção então apresentada.

Seguidamente usou da palavra o Vereador Martinho Pereira, para no seguimento de intervenção anteriores, abordar a problemática do trânsito na cidade de Aveiro.

Usou ainda da palavra o Vogal João Tavares, para fazer um apelo no sentido de que o Pavilhão Gimnodesportivo instalado nas trazeiras da Secundária nº. 1, seja transferido para os terrenos anexos à Escola Primária de Esgueira, pois de outro modo, a sua eventual instalação nos terrenos anexos ao Ciclo ou à Secundária de Esgueira, poderão vir a inviabilizar a construção de um futuro Pavilhão nestas Escolas.

Usou seguidamente da palavra o Vereador Celso Santos para tecer alguns comentários relativos às festas da cidade e à deslocação a Bourges. Referiu que de facto tem sido preocupação da Câmara em dar todo o apoio tendente a que os festejos da cidade tenham o brilho que a cidade merece, muito embora por vezes se deparem dificuldades que é preciso contornar e procurar outras soluções que melhor correspondam às expectativas geradas

Joyce de Sousa f. 11. *Jacinto*

em torno deste acontecimento. No que se refere à deslocação a Bourges, disse que se irá dar continuidade a toda esta acção e estão já criados estatutos de forma a fundar em Aveiro uma Associação correspondente à que existe em Bourges, por isso considerou que este intercâmbio é de apoiar e aplaudir.

Terminado o período de antes da ordem do dia, passou-se a apreciação da ordem de trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO Nº. 1 - COMUNICAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

No uso da palavra o Presidente da Câmara começou por se referir ao atraso em que se encontram os trabalhos de construção da nova Biblioteca Municipal, atraso esse motivado por alguns problemas que têm surgido e que obrigaram a redefinir uma série de questões de projecto, todavia, e ultrapassados que foram estes problemas, retomou-se já o ritmo normal dos trabalhos ainda no ano em curso.

No que se refere à recuperação da "Jerónimo Pereira Campos", considerou que se trata de um empreendimento que trará grandes benefícios à Cidade de Aveiro, dada a função que irá desempenhar no futuro, isto é Centro de Congressos, Centro de Formação Profissional, etc. Relativamente ao andamento dos trabalhos, fazem-se neste momento os preparativos para a colocação da primeira lage. No que toca à polémica gerada pela demolição da chaminé central, informou que esta teve que ser demolida pelo facto de se terem detectado fissuras na sua estrutura, porém o projecto prevê a sua reconstrução em betão, recoberto com tijolo típico que compõe toda aquela construção. A sua conclusão está prevista para outubro de 1992.

Prosseguindo, e relativamente ao interesse que poderá ter para o Concelho e para a Ría de Aveiro, deu conhecimento de um movimento tendente a resolver definitivamente os problemas de transporte para a Freguesia de S. Jacinto.

A empresa concessionária das carreiras de S. Jacinto/Aveiro (Estaleiros de S. Jacinto) não aceitou as condições que a J.A.P.A. lhe impôs para continuarem a manter a concessão. Neste momento acabou a concessão e fez-se um acordo precário de seis meses, eventualmente renovável, com os Estaleiros de S. Jacinto, que continuam a assegurar as carreiras regulares. Todavia esta situação não se poderá manter por muito tempo e

2.
J. H. Mendes, Soares
P. A. C. A. C.

como tal começou a ganhar forma a criação de uma sociedade anónima a qual será concessionada todo este transporte, não só regular, mas também os transportes turísticos da Ria de Aveiro. A criação desta empresa visa dois objectivos; assegurar os transportes regulares entre S. Jacinto e promover ao mesmo tempo a Ria de Aveiro. Entende que a Ria só pode ser promovida dando possibilidades às pessoas de a percorrerem, como tal, a Câmara considera que a componente do transporte turístico dentro da Ria, para além do aspecto promocional e do conhecimento da Ria pode ser do ponto de vista económico, uma forma de compensar o déficite inevitável dos transportes regulares, sendo que esta empresa assumirá também o transporte de viaturas para S. Jacinto. Esta empresa terá a forma de sociedade anónima, com um capital social que rondará os cem mil contos, configurará o tipo de empresa mista. embora juridicamente anónima em que a maioria do capital seja público. Foi criada já uma comissão instaladora, composta pela Câmara de Aveiro, J.A.P.A. e a Capitania do Porto de Aveiro, porém esta última não poderá participar no capital, por imperativo de ordem legal, no entanto, considerou-se importante que a Capitania que faz o licenciamento dos transportes e fiscalização e nomeadamente a fiscalização das embarcações que venham a ser adquiridas, entendeu-se que deveria estar nesta Comissão Instaladora. Serão convidadas a participar, naturalmente as Câmaras da Ria, uma grande parte delas e será aberto o capital também a empresas privadas, pois um dos objectivos é que haja a componente privada e se possível com uma participação de 51% de capital. Concluindo por isso que a concretização deste projecto será um passo importante no sentido de solucionar este tipo de questões.

Relativamente ao equipamento desportivo, mais concretamente ao Complexo de Piscinas, informou que a Câmara está a fazer um esforço no sentido de que durante o mês de Junho entrem em funcionamento. No que se refere ao Pavilhão do Galitos, a Câmara aprovou definitivamente a sua implantação na Zona da Forca-Vouga, o qual será integrado numa Zona Verde que faz parte de um futuro parque da cidade, que o P.D.M. propõe para aquela Zona. O Inatel construirá o seu Pavilhão nos terrenos inicialmente destinados ao Galitos, tendo já verba disponível para esse fim.

No que respeita à construção de Centros Sociais e Sedes de Junta, concluiu-se a de S. Jacinto, que tem um grande nível e um óptimo equipamento. Concluiu-se também a primeira fase do Centro Social de Eixo, posteriormente dar-se-á início à 2ª. fase. Terminou também a 1ª. fase de construção do Centro Social de Aradas, prosseguem os trabalhos no Centro de S. Bernardo, a um ritmo que considerou lento dadas as dificuldades que têm surgido na transferência de verbas. Está praticamente concluído o Infantário de Nariz e está também em fase de conclusão o Infantário de S. Jacinto.

No campo da habitação, iniciou-se a atribuição de casas da segunda fase e que, são cerca de 240 fogos, 180 dos quais são destinados ao arrendamento. Iniciou-se ainda a venda de fogos no Caião no âmbito do contrato de desenvolvimento com a F.E.R.S.E.C.; está também a ser lançado neste momento um novo contrato de desenvolvimento com aquela empresa, com vista à construção de mais 150 fogos na Zona de Santiago.

No que respeita a novas urbanizações, está-se a começar a infraestruturar gradualmente a Forca-Vouga; Sá-Barrocas, foi adjudicada já a abertura da Avenida Central. No que se refere ao desenvolvimento económico, lançaram-se as primeiras infraestruturas na Zona Industrial de Mamodeiro, adjudicaram-se os arruamentos, vão se lançar os concursos de electrificação, etc. O Mercado Sul, será lançado a concurso durante o mês de Julho e o Mercado Abastecedor, estão prontos os acessos, faltando apenas a parte de electricidade e demolição de um imóvel que estrangula o acesso ao referido Mercado.

Relativamente à Rede Viária, procede-se neste momento à colocação do grande colector de esgotos que atravessará toda a cidade estando a Câmara a executar este trabalho por administração directa. A Circular de Esgueira, encontra-se praticamente concluída nos trabalhos que respeitam à Câmara, falta contudo concluir a componente J.A.E., isto é, a construção da ponte de acesso, negociada pela Câmara. Nas freguesias estão lançados todos os concursos de rede viária. No que respeita ao N.º Sul, decorrem negociações com a empresa de Lacticínios, Lda. proprietária dos terrenos por onde se fará o acesso do trânsito vindo na direcção Norte/Sul, de maneira a que o acesso ao troço Mamodeiro/Aveiro se faça logo na mão. Idêntica solução se está a estudar do lado da Estrusal.

Referindo-se à Associação de Municípios da Ria, disse que após a aprovação pelo ENVIREG, a referida associação passou a dispôr de um Plano e de um Orçamento aprovado para o ano de 1991, apontando já para a execução de obras durante aquele ano nos concelhos, nomeadamente no Concelho de Aveiro prevê-se a Construção da E.T.A.R. de S. Jacinto (Estação de Tratamento de Esgotos).

Relativamente ao recenseamento, informou que o mesmo está a decorrer com grandes dificuldades, há pessoas que se recusam a preencher os impressos, aliado a este problema há também a questão dos residentes nos interiores de pátios e nos fundos dos quintais, cujo proprietário omite que tem famílias a viverem nessas condições, o que vem agravar ainda mais a situação, pelo que, como Responsável e Coordenador do Recenseamento por força de lei, apelou aos Presidentes de Junta para que estejam atentos à acção dos agentes recenseadores, para que se faça um recenseamento o mais

14.
J. Ferreira da Silva

rigoroso possível, uma vez que o F.E.F. (Fundo de Equilíbrio Financeiro) funciona em relação ao número de habitantes do Concelho e por falta de rigor pode eventualmente o Concelho ser penalizado financeiramente.

A terminar e no que se refere aos Serviços Municipalizados e ao abastecimento de água ao Concelho, disse esperar que este Verão não se repitam as crises de anos anteriores, dado que foi feito um grande esforço financeiro para se dotar o Concelho com novas captações nomeadamente na Quinta do Gato, Zona Sul do Concelho e Nariz.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Cruz Tavares, para pedir alguns esclarecimentos relativos à ocupação dos espaços de que irá dispôr a Fábrica Campos, depois de recuperada. Disse saber que existem espaços reservados aos Centros de Formação Profissional, Culturais, Congressos, etc.; pelo que gostaria de saber se o Executivo reservou alguma compartimentação concreta, tendo em vista a instalação das Associações Culturais e muito em especial se está previsto algum espaço destinado a Clubes de Serviços, concretamente aos Rotary Clubes, Lyons etc., uma vez que estes têm manifestado por várias vezes uma grande preocupação em encontrarem sedes de trabalho e de reunião onde possam desenvolver as suas actividades em prol da comunidade, dando assim uma contribuição muito importante sobretudo em áreas onde as instituições oficiais não chegam.

A terminar a sua intervenção, teceu ainda um comentário relativo ao projectado sistema de transportes na Ria. Ventilou-se a hipótese da criação de uma empresa mista de transporte para resolver o problema da ligação a S. Jacinto e que simultaneamente se poderia fazer a exploração do Turismo da Ria. Considerou que se a ideia for para a frente, poder-se-á pensar também na criação de uma rede viária de baixa velocidade, para que toda a população de Aveiro e os turistas que nos visitam possam apreciar a Ria, que é um tesouro escondido de Aveiro e que por falta de meios de acesso não está a ser apreciada como deveria.

No uso da palavra o Vogal Ferreira da Silva, chamou atenção para três aspectos que é urgente resolver: o primeiro prende-se com a falta de limpeza dos autocarros dos S.T.U.A; o segundo com a necessidade premente de se resolver o acesso da variante ao lugar de Vilar e finalmente chama ainda atenção para o cruzamento na Estrada de S. Bernardo situado na confluência das Ruas Ernesto Paiva, Rua da Bregeira e Rua da Agrinha, que, em resultado do grande fluxo de trânsito naquele local, verificam-se semanalmente vários acidentes, tornando-se por isso urgente, que se tomem medidas pelo menos no aspecto de sinalização adequada.

Usou seguidamente da palavra o Vogal António Salavessa, para referir que na reunião de Câmara de dezoito de Março, foi aprovada a criação

J. M. Mendes
A. P. P. P.

de uma Comissão para reconsiderar e avaliar o projecto do Cojo. Pretendeu saber quais são os objectivos e quando é que se pensa apresentar resultados.

No que se refere à recolha de lixos, considerou que se trata de um serviços que se tem vindo a degradar, pelo que entende que a Câmara deve tomar medidas no sentido de corrigir a situação.

Relativamente às piscinas, quis saber se o executivo tem já alguma coisa em mente com vista à gestão das mesmas ou se por outro lado encara a hipótese de as administrar directamente. Pretendeu saber também se as pessoas não filiadas em Clubes, têm hipóteses de acesso àquele complexo desportivo.

Relativamente às dificuldades financeiras que a Orquestra de Câmara de Aveiro atravessa, quis saber se a situação se mantém ou se foram tomadas medidas no sentido de resolver o problema.

No âmbito do P.D.M. (Plano Director Municipal) pretendeu esclarecimentos sobre se o debate público de que a Câmara fala, é só o debate formal na lei ou se pensa noutras formas de debate público - colóquios, participação das forças vivas, etc., em todo este processo.

A finalizar pretendeu saber qual o ponto da situação relativo ao Teatro Aveirense.

Novamente no uso da palavra o Presidente da Câmara, referindo-se à "Jerónimo Pereira Campos", disse que há de facto um projecto global que prevê a compartimentação destinada à Câmara para instalar o Centro de Congressos, Centro de Colóquios, Auditório etc., está definido também um terceiro piso, com espaços destinados às Associações Culturais e Recreativas que tenham necessidade de instalação. Considerou que existem de facto na Cidade uma série de Associações meritórias e que têm transitado de edifício em edifício Municipal em situações precárias. Atendendo a estes problemas, foram previstos no projecto vinte e dois espaços tendo em vista a resolução de todas estas situações.

No que se refere ao espaço destinado aos Clubes de Serviços, não se previu nada inicialmente; no entanto o número de espaços previstos no projecto podem talvez ser reagrupados em terrenos de espaço e vir a servir mais que uma instituição.

Relativamente aos acessos ao lugar de Vilar, esclareceu que se trata de um trabalho que está no Plano de Actividades, é uma das obras que está candidata ao P.O.C. (Plano Operacional Centro), entretando aguarda-se que a C.C.R.C. (Comissão Coordenadora da Região Centro), aprove o projecto e aceite portanto a candidatura. Trata-se de facto de uma obra urgente e que será ainda executada este ano durante o Verão.

Relativamente à Comissão para o Cojo, disse que está de facto

criada essa Comissão, visa estudar fundamentalmente as alterações possíveis para aquela Zona. Enfim reflectir um pouco sobre este projecto que foi aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia e nomeadamente começar a pensar-se na forma de o implementar.

No que se refere à recolha de lixos, é também uma das preocupações da Câmara, trata-se de uma área onde há de facto alguns problemas, porém irão ser tomadas medidas de forma a solucionar o problema.

Complexo de Piscinas e ideias quanto à sua gestão, disse que do seu ponto de vista pessoal, sendo aquele complexo desportivo, uma parte da Câmara Municipal e outra parte de um Clube, não se pode de modo algum arredar o Clube da sua gestão, no entanto também não é sua ideia que seja o Beira-Mar exclusivamente a fazer a referida gestão e nomeadamente que pudesse tomar atitudes no sentido de condicionar o acesso somente às pessoas que fossem sócias do Clube. Trata-se de um aspecto que terá que ser resolvido até meados de Junho. Salientou também que é sua ideia, que não seja a Câmara Municipal a fazer a gestão do dito complexo. em suma, considerou que se deve salvaguardar o acesso a todas as pessoas e a todos os Clubes da Cidade.

Relativamente ao P.D.M. (Plano Director Municipal), esclareceu que quando se refere ao debate desta matéria, é ao debate público previsto na lei, portanto ao debate que a lei impõe e que permite a todos os cidadãos intervir na sua apreciação e tecer os comentários que julgarem convenientes.

No que se refere ao Teatro Aveirense, usou a palavra o Presidente da Assembleia, para referir que como administrador daquele Teatro, nunca teve qualquer negociação oficial com a Câmara Municipal com vista à sua aquisição. De facto a exploração do teatro deixou de ser rentável e em consequência disso, os seus proprietários estão na disposição de o alienar seja à Câmara Municipal ou a qualquer outra entidade.

PONTO Nº. 2 - CASA DO SEIXAL E CAPELA DA MADRE DE DEUS NA RUA
GUILHERME GOMES FERNANDES - CLASSIFICAÇÃO COMO IMÓVEL DE INTE-
RESSE CONCELHIO OU MUNICIPAL.

DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMRA MUNICIPAL DE 4 DE MARÇO DE 1991
- "PATRIMÓNIO CULTURAL": - O Vereador Sr. Professor Celso Santos, submeteu à consideração do Executivo uma proposta com vista à classificação como Imóvel de interesse Concelhio, da Casa do Seixal e capela da Madre de Deus situadas na Rua Guilherme Gomes Fernandes, com mais de 250 anos (Séc. XVII) e que mantêm ainda hoje, intactas as características arquitectónicas dessa época. Considerando, portanto, os factos de carácter histórico-cultural descritos,

bem como o pedido formulado pela usufrutuária dos referidos imóveis, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta efectuada e encarregar os Serviços de Cultura de encetarem as diligências necessárias, junto do I.P.P.C. com vista à classificação daqueles imóveis.

A presente deliberação carece da aprovação da Assembleia Municipal".

Usou da palavra o Vereador Celso Santos, para fazer apresentação da proposta: começou por referir que tal matéria se insere num conjunto de outras propostas que os Serviços de Cultura estão a organizar. De facto, como é do conhecimento geral funcionou na Cidade um Gabinete Técnico Local, com o objectivo de elaborar estudos de preservação da parte antiga da cidade, a qual foi considerada em Diário da República como Zona Histórica, concretamente toda a Zona da Beira-Mar, bem como toda a Zona ligada ao Canal. Prosseguindo, salientou que começam a surgir alguns problemas com algumas construções que dentro da sua relativa monumentalidade suficiente para as considerar de interesse Concelhio ou nacional. Assim os Serviços de Cultura baseados numa carta dos proprietários de Casa do Seixal, fizeram uma proposta à Câmara no sentido da mesma e da Capela que lhe é anexa, ser considerada como imóvel de interesse Concelhio. Elaborou-se um estudo, organizou-se todo um processo com fotografias, levantamentos, vária documentação etc., justificando a importância do imóvel e que posteriormente será submetido à apreciação da Secretaria de Estado da Cultura. Deu nota também, que a preocupação da Câmara em todo este processo é a preservação e protecção do património existente. A Câmara apreciou a proposta e deliberou aprová-la, carecendo agora do assentimento por parte da Assembleia Municipal.

No uso da palavra o Vogal Cruz Tavares, solicitou esclarecimentos relativos à matéria em apreço, já que disse não saber se o processo em causa nasceu por iniciativa espontânea da Câmara ou se há qualquer envolvimento dos próprios proprietários do referido imóvel. Resulta este pedido de esclarecimento do facto de em Executivos anteriores, presididos pela mesma pessoa, ter sido levantada a questão da utilização daquele espaço para a construção de um edificio destinado a clínica (maternidade). Na altura pareceu-lhe que quer os proprietários quer a Câmara, deram abertura a esse tipo de utilização; face a isto, quis saber o que é que se alterou relativamente a esta matéria - será que houve mudança de opinião em relação aos proprietários?. Quais foram os argumentos que pesaram também na mudança de posição da Câmara em relação ao assunto?

Seguidamente usou da palavra o Vogal António Salavessa, desejou saber se existe algum interesse imediato para os proprietários, quando propõem à Câmara esta questão, ou se é de facto apenas o interesse de preservar

o património. Considerou ainda, que seria bom que a Câmara a breve ou a médio prazo definisse o que é o património de interesse municipal no concelho de Aveiro.

Novamente no uso da palavra o Vereador Celso Santos, esclareceu que a iniciativa sobre esta matéria não é totalmente dos Serviços de Cultura - é exactamente de quem vive no referido imóvel, que mandou proceder a um estudo, esse estudo foi posteriormente submetido à Comissão de Cultura, tendo esta concordado com o mesmo. Relativamente ao interesse da Câmara em todo este processo, disse tratar-se apenas de interesse do ponto de vista cultural.

Seguiu-se uma breve troca de impressões, posto o que o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia o ponto em apreço tendo o mesmo merecido aprovação por trinta e um votos a favor e uma abstenção.

Dado o adiantado da hora o Presidente da Assembleia, deu por encerrada a presente reunião.

Eram 00,30 minutos do dia 22.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos legais.

Tracuncias
J. M. ...
[Signature]